

**Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC**  
**Curso de Pedagogia**  
**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Educação Inclusiva: A importância e os desafios da inclusão da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular**

Gama-DF  
2021



(61) 3035-3900



[www.uniceplac.edu.br](http://www.uniceplac.edu.br)



Área Especial para Indústria  
Lote nº 02, Bloco A, Sala 304,  
Setor Leste, Gama, Brasília, DF  
CEP 72.445-020

**Marielle Graciano de Oliveira**

**Educação Inclusiva: A importância e os desafios da inclusão da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Prof. Dr. Osmam Brás de Souto

Gama-DF  
2021



O48e

Oliveira, Marielle Graciano de.

Educação inclusiva: a importância e os desafios da inclusão da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular. / Marielle Graciano de Oliveira. – 2021.

40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Curso de Pedagogia, Gama-DF, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Osmar Brás de Souto.

1. Legislação para pessoa com deficiência. 2. Inclusão. 3. Ensino regular. I. Título.

CDU: 370



**Marielle Graciano de Oliveira**

**Educação Inclusiva:** A importância e os desafios da inclusão da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Prof. Dr. Osmam Brás de Souto

Gama, 21 de março de.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Osmam Brás de Souto  
Orientador


---

Prof. Me. Dalmo Rodrigues Silva  
Examinador

---

Profa. Dra. Natália Maria Sertori  
Examinador





Dedico aos meus pais, por todo amor, confiança e apoio em todo a minha vida.

Dedico também a todo que esteve comigo durante a realização do meu curso.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter sido minha força para chegar até aqui. Por ter me dado a oportunidade de estudar no Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos e por ser meu refúgio e esperança nos momentos de dificuldade (Mateus 21:22).

Agradeço aos meus pais, João e Liozina, por sempre me apoiarem, me ajudarem e serem minha base. Obrigada por tudo, o que sou hoje é graças ao empenho, amor e cuidado com os quais me criaram. Aos meus irmãos Irandis e Marielle, que também são partes essenciais nessa conquista.

Agradeço ao Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos como um todo por me possibilitar viver momentos inesquecíveis e ter sido minha segunda casa durante esses anos. Agradeço ao professor Osmam Brás de Souto por ter sido meu orientador e por ter compartilhado um pouco de sua experiência comigo, na elaboração do TCC.

Àqueles que conheci durante meu período na UNICEPLAC e que foram essenciais em minha formação. E por fim, agradeço a todos os professores que fizeram parte de minha formação desde o Ensino Fundamental até a Graduação. E todos aqueles que torceram e torcem por mim. Obrigada!!



## RESUMO

O presente trabalho, de caráter bibliográfico exploratório, vem discorrer sobre a importância e os desafios para a inclusão de crianças e adolescente no ensino regular no Brasil. Para tanto, inicia-se com a exposição da trajetória da educação inclusiva no Brasil com base em legislações e em sequência explana sobre a importância das práticas e políticas públicas adotadas para uma efetiva diminuição dos desafios encontrados por esses estudantes, de maneira a alcançar autonomia e plena participação no ensino regular.

**Palavras-chave:** Inclusão 1. Legislação para pessoa com deficiência 2. Ensino Regular 3. Acessibilidade 4. AEE 5. Tecnologia Assistiva 6. TICS 7. Barreiras Atitudinais 8. Educação Inclusiva.



## ABSTRACT

This article, of bibliographical exploratory nature, discusses the importance and challenges for the inclusion of children and adolescents in regular education in Brazil. To this end, it begins with the exposure of the history of inclusive education in Brazil based on legislation and then explains the importance of practices and public policies adopted for an effective reduction of the challenges faced by these students, in order to achieve autonomy and full participation in regular education.

**Keywords:** Inclusion 1. legislation for people with disabilities 2. Accessibility 4. AEE 5. Assistive Technology 6. Attitudinal Barriers 8. Inclusive Education.9





## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Educação Inclusiva.....	15
Figura 2 – Princípios da Educação Inclusiva.....	20
Figura 3 – Educação Especial.....	23
Figura 4 – LIBRAS.....	24
Figura 5 – Sala de Recursos.....	26
Figura 6 – Ferramentas de Acessibilidade.....	28
Figura 7 – Tecnologia Assistiva.....	30
Figura 8 – TICS.....	32



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE – Atendimento Educacional Especializado
- CF – Constituição Federal
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
- EPD – Estatuto da Pessoa com Deficiência
- IBC – Instituto Benjamin Constant
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
- NEE – Necessidades Educacionais Especiais
- PAR – Plano de ações Articuladas
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PNEE – Plano Nacional de Educação Especial
- PNEPEI – Perspectiva da Educação Inclusiva
- SRMF – Salas de Recursos Multifuncionais
- TA – Tecnologias Assistivas
- TICS – Tecnologias de Informação e Comunicação



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 REVISÃO LITERARIA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR.....</b>	<b>17</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>32</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>33</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A justificativa deste trabalho relaciona-se com a promoção da igualdade entre as crianças e adolescentes e a explicitação das necessidades e amparo que elas demandam no âmbito escolar. A inclusão dos educandos com deficiência pronuncia-se pelo movimento de universalização da educação compreendida como um direito humano, mecanismo que potencializa o exercício da cidadania da pessoa com deficiência.

A inclusão implica na elaboração de recursos e métodos pedagógicos que sejam acessíveis a todos os alunos, rompendo com todas as barreiras que possam limitar a participação do estudante por conta da sua particularidade. A educação inclusiva foi fundamentada no Brasil no século XX (Figueira, 2017). Antes disso o sistema brasileiro de educação era fragmentado em duas direções: A escola especial para alunos com qualquer tipo de deficiência e o ensino regular para alunos sem deficiência.

Após a implementação de legislações os estudantes com deficiência passam a frequentar o ensino regular juntamente com os demais alunos. Nessa perspectiva, percebe-se a necessidade de se avaliar qual a relevância e os desafios da inclusão da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular.

Portanto, indaga-se: Qual a importância e os desafios encontrados para inclusão da criança e do adolescente com deficiência na escola regular?

Então, objetivo geral da presente pesquisa é conhecer as dificuldades encontradas para uma efetiva inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no ensino regular.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: Caracterizar a inclusão de crianças e do adolescente com deficiência no ensino regular no Brasil; Identificar a importância das práticas adotadas para uma efetiva inclusão delas no ensino regular.

A presente hipótese desse trabalho mostra que a inclusão da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular pode ser considerada um dos maiores avanços, pois graças ao reconhecimento da importância e da necessidade de inclusão desse público através de leis,



políticas públicas, atendimentos especializados, como equipe qualificada, recursos pedagógicos e de acessibilidade tais alunos conseguem se desenvolver de forma plena e assim alcançar autonomia para a ampla participação dentro e fora da escola.

Assim, para viabilizar o teste da hipótese, realizou-se uma pesquisa bibliográfica exploratória com abordagem qualitativa.

Na primeira seção, são descritos a caracterização da inclusão da criança e adolescente no Brasil.

Na segunda seção, realiza-se um levantamento da legislação brasileira no sentido de identificar os desafios, as políticas públicas e as práticas adotadas na escola para uma efetiva inclusão da criança e adolescente com deficiência no ensino regular.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação inclusiva pode ser compreendida como uma concepção de ensino atual que busca garantir o direito à educação a todos independentemente da deficiência. Ela busca inserir o educando no ensino regular e ainda pressupõe que o aluno tenha a igualdade de oportunidades. “A imagem de abaixo ilustra o modelo de educação inclusão que a educação brasileira busca, aquela que aceita e respeita a todos independente das suas particularidades.”



**Figura 1 –Educação Inclusiva**



Fonte: INSTITUTOINCLUSAOBRASIL, 2021.

Segundo Constituição Federal (CF), (Brasil, 1988) a participação desses estudantes com deficiência deve ocorrer preferencialmente no ensino regular.

Segundo (Maciel, 2019) a escola inclusiva é aquela que está aberta para todas as crianças e adolescentes, incluindo as que tenham alguma deficiência. No convívio com todos os alunos, esses educandos deixam de ser “separados” e passam a ser amparados, o amparo deles podem contribuir muito para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

A inclusão ganhou força após movimentos nacionais e internacionais que buscavam a elaboração de políticas de integração e de educação inclusiva. O seu auge foi em 1994 na Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a presença de 88 Países e 25 organizações internacionais, na cidade de Salamanca na Espanha em 1994 (Brasil,1994). Este



evento foi intitulado como “Declaração de Salamanca”, na qual traz pontos importantes, que devem servir de reflexão e mudanças da realidade atual, tão hostilizada.

A Declaração de Salamanca proclama que, toda criança tem o direito à educação de qualidade que busque valorizar os interesses, características, habilidades e necessidades individuais de cada uma, pois cada aprendizagem é única, a convenção também propõe que os estudantes com deficiência devam ter acesso ao ensino regular que busque acomodá-los dentro de um Pedagogia centrada em atender as necessidades da criança e do adolescente (Maciel, 2019).

Segundo Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2006) o seu principal propósito é fomentar a proteção e assegurar a pessoa com deficiência condições para que ela possa se desenvolver de maneira plena tendo todos os direitos humanos garantidos de maneira que possa viver com dignidade e respeito. De acordo com a convenção é considerado pessoa com deficiência, aquelas que possui impedimentos de longo prazo que podem ser físicos, mentais, sensoriais ou intelectuais, de forma que o contato com diversas barreiras, podem impedir sua participação ampla e efetiva em igualdades de condições com as demais pessoas.

Nesse sentido, a inclusão é importante, pois ela busca por meios legais como à Constituição Federal, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Lei de Diretrizes e Bases e a Declaração de Salamanca, combater qualquer tipo de discriminação de forma a possibilitar a todos o respeito a suas especificidades para uma vida efetiva e plena.

De acordo com (Figueira, 2017, p.15) a história da educação brasileira para a pessoa com deficiência pode ser dividida em três momentos. O primeiro momento ocorreu em 12 de setembro de 1854, quando imperador Dom Pedro II, por meio de um decreto imperial fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos conhecido hoje por Instituto Benjamin Constant (IBC), que tem como intuito atender crianças e adolescentes com deficiência visual.

O segundo momento aconteceu por volta de 1957 a 1990, quando nasceram as campanhas direcionadas especialmente para as pessoas com deficiência, elas visavam fomentar todas as medidas necessárias para a educação e assistência desse público em todo país. Conjuntamente a



essas campanhas, aconteciam pressões por parte de entidades públicas e filantrópicas, que pressionavam o governo por mais dignidade dessas pessoas, graças a essas pressões esse público ganhou um capítulo sobre a educação da pessoa com deficiência na primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de (Brasil, 1961).

Após anos o Governo Federal aprovou a Lei 10.172/ 2001 Plano Nacional de Educação (PNE), (Brasil, 2001), que estabeleceu diretrizes, objetivos e metas que deveriam ser cumpridas em período decenal. A Educação Especial foi considerada uma modalidade de ensino, e dentre as diretrizes do PNE foi posto a plena integração da pessoa com deficiência em todos os locais da sociedade, a esse público foi garantido o direito de que sempre que possível a matrícula deveria ser efetivada preferencialmente no ensino regular com todos os alunos “ditos normais”.

Durante muito tempo a Educação Especial foi vista como um modelo educacional médico, onde equipes multidisciplinares, como profissionais da saúde e educação que trabalhavam em conjunto para habilitar e integrar crianças e adolescentes com deficiência na sociedade, mas foi a partir do terceiro momento, com a Proclamação da Declaração de Salamanca em 1994 (Brasil, 1994), que esse público teve uma grande conquista, a ratificação de um trato para uma efetiva educação, reconhecendo as necessidades da pessoa com deficiência de conviver com todos.

Dessa forma um novo conceito ganhou voz: a inclusão escolar e social, esse novo conceito trouxe mudanças importantes para as pessoas com deficiência que outrora eram obrigadas a serem habilitadas para viver em sociedade agora com a inclusão escolar e social as iniciativas mudam e a sociedade que teve o papel de se preparar para receber as pessoas com deficiência.

## **2.2 A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR**

A educação inclusiva pode ser interpretada como uma concepção de ensino que se faz presente no mundo contemporâneo, seus principais pressupostos são de garantir a todos os





educandos: educação de qualidade e igualdade de oportunidade. Ela provoca transformações sociais e governamentais, de maneira a garantir o acesso e a permanência sem distinção.

Segundo (Andrade, 2020) a educação inclusiva parte de cinco pressupostos: primeiro que todas as pessoas tem direito ao acesso à educação, segundo todos aprendem, terceiro o processo de aprendizagem de cada pessoa é único, quarto a convivência no ensino regular beneficia todo mundo e quinto a educação inclusiva é para todos. “A figura a seguir ilustra os principais pressupostos da educação inclusiva”.

**Figura 4 – Princípios da Educação Inclusiva**

## Princípios da Educação Inclusiva

1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação

2. Toda pessoa aprende

3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular

4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos

5. A educação inclusiva diz respeito a todos

Fonte: GRAN CURSOS, 2021.

Desta forma é importante salientar os avanços que a inclusão percorreu no país principalmente no que tange as legislações. Em 1961 houve a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), (Brasil, 1961), nessa lei a pessoa com deficiência, pela primeira vez na história brasileira ganham artigos que vão propor alguns direitos no que diz respeito a educação. Segundo o art. 88º “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”.



Em 1971 o país passa pelo golpe militar, mas mesmo em meio ao conflito a LDB passou por alteração. A primeira lei foi substituída pela Lei nº 5.692 (Brasil, 1971), é novamente as pessoas com deficiência recebem artigos para tratar da educação, de acordo com o art.9º “Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”. Como é notório nem a primeira nem a segunda lei viabilizava a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular, pelo contrário a segunda lei vai propor a criação de Conselhos de Educação para fixar formas de acolher as crianças e os adolescentes em escolas especiais.

Em 1988 a CF (Brasil,1988), traz um olhar acolhedor para educação no país, ela vai dispor que a educação é um direito social, e ainda vai propor em seu art.205º que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

De acordo com a CF a oferta da educação será obrigatória a todos estudantes com idade entre 4 e 17 anos. Ela também recomendará em seu art. 5º a inclusão da pessoa com deficiência presencialmente na rede regular de ensino. No ano de 1989 com a sanção da Lei nº 7.853 (Brasil 1989), as pessoas com deficiência ganham uma legislação no qual viabiliza a integração social. No que diz respeito a educação por exemplo o texto vai tratar da obrigação da implementação de ensino especial nas escolas públicas e privadas. A lei também determinará que às instituições de ensino matriculem os alunos “em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”. Ou seja, a texto sancionado ainda trazia enormes brechas para que o público com deficiência fosse segregado dos demais estudante sem deficiência. Uma vez que o texto não obrigava a comunidade escolar implantar educação inclusão.

Em 1990 a Lei nº 8.069 mais conhecida com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), (Brasil, 1990), vai garantir entre outros o atendimento educacional especializado para as crianças



e adolescentes com deficiência preferencialmente no ensino regular de ensino, o ECA também irá classificar quem é considerado criança e adolescente, de acordo com o texto pessoas entre zero e doze anos incompletos são considerados crianças e entre doze completos e dezoito são considerados adolescentes.

Em 1994, com a publicação do Plano Nacional de Educação Especial (Brasil,1994), infelizmente houve um retrocesso, no que tange as leis para inclusão uma vez que PNEE vai prever a “integração instrumental” que irá condicionar o acesso às classes comuns do ensino regular apenas aqueles estudantes que possuem capacidade de acompanhar o ritmo e as atividades dos estudantes sem deficiência. A lei reafirma a homogeneidade tão enraizadas na sociedade brasileira.

Como previsto na CF, uma nova LDB foi implementada no ano de 1996, (Brasil, 1996), ela foi promulgada com o propósito de garantir educação de qualidade e gratuita para todos os estudantes. A LDB assim como a CF vai ratificar em seu art.4º inc. III o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Ela trará um capítulo exclusivo para tratar a Educação Especial. A lei também afirmará que sempre que necessário será utilizado os serviços de apoio especializado, para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Além disso, o texto prever a capacitação dos docentes, a adaptação de currículos, técnicas, para contribuir da melhor maneira para a educação plena desses estudantes.

Em 1999 o decreto nº 3298, (Brasil,1999), vai dispor sobre a Política Nacional para integração da pessoa com deficiência, tal lei vai consolidar os princípios de proteção, seu propósito é fomentar a plena participação do público com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do país, no que diz respeito a educação o texto vai afirmar que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que deve passar por todas etapas, modalidades e níveis da educação.

Em 2001 a Lei nº10.172 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), (Brasil,2001), que vai propor mais de 29 metas e objetivos, para criança e adolescente com deficiência, entre as metas proposta o texto vai prever que a Educação Especial modalidade da educação básica, deve garantir



vagas no ensino regular para diversos tipos e graus de deficiência. “A figura a seguir mostra como se deve entender e ofertar a educação especial no sistema brasileiro de educação”.

**Figura 5 – Educação Especial**



Fonte: INSTITUTOITARD, 2021.

Ainda no ano de 2001 com a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE), (Brasil, 2001) cria-se diretrizes nacionais para a educação básica no país. Que terá como ponto principal efetivação da matrícula dos alunos com deficiência pelos sistemas de ensino “cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma Educação de qualidade para todos”.

No ano de 2002 a Resolução nº 1/2002 criará diretrizes curriculares nacionais com o objetivo de melhorar a formação dos docentes da educação básica. No que diz respeito a educação inclusiva a resolução vai propor que a formação deve incluir “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades



educacionais especiais”. Ainda no ano de 2002 a Lei nº10.436 vai reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), (Brasil, 2002), como um meio legal de comunicação. “A figura a seguir ilustra um interprete de LIBRAS no ensino regular. A utilização da LIBRAS em sala de aula visa a inclusão e autonomia do discente com deficiência”.

**Figura 6 – LIBRAS**



Fonte: EDUCACAO-INCLUSIVA, 2021.

Em 2006 é elaborado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, (PNEDH), (MEC,2006), tal plano é disposto com outros órgãos, é tem como base a inclusão de temas relacionados a pessoa com deficiência nos currículos das instituições educacionais.

No ano de 2007 a legislação vai prever o Plano Nacional Educação (PDE), que vai viabilizar a questão da infraestrutura das redes de ensino, no diz respeito a edificações, acessibilidades, preparação da equipe de profissionais da educação dentre outras. Nesse mesmo ano um novo decreto será implementado nº 6.094/07, (Brasil, 2007), que vai dispor do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, o documento vai destacar e intensificar a inclusão da criança e do adolescente no sistema de ensino.

Em 2008 a educação inclusiva consegue uma grande conquista, pois o Plano Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), (Brasil, 2007), é elaborado



com a intenção de promover políticas públicas promotora de uma educação de qualidade a todos os discentes.

No ano de 2014 o Plano Nacional Educacional (PNE), (Brasil, 2014), foi criado e ele estabeleceu uma meta específica para as crianças e adolescentes com deficiência, sua meta quatro prevê a universalização do ingresso à Educação básica e ainda o atendimento especializado preferencialmente na rede regular ele propõem também um sistema educacional inclusivo com salas ou classes com recursos multifuncionais. “ A figura a seguir mostra o exemplo de uma sala de recurso, onde acontece o AEE”.

**Figura 7 – Sala de Recursos**



Fonte: DESIGNACAO-SEE-MG, 2021.



O PNE também traz estratégias que tem o papel de auxiliar os sistemas educacionais a alcançarem com exido as metas estabelecidas. Dentre elas estão a implementação de salas de recursos multifuncionais, a formação continuada dos docentes para o atendimento educacional especializado (AEE).

Como é notório ao longo da história da educação brasileira a pessoa com deficiência conseguiu muitos avanços por meio de legislações e políticas públicas, porém apesar desses progressos ainda há muitos desafios para a inclusão de crianças e adolescentes no ensino regular. Segundo Andrade (2020) ao se falar em escola inclusiva e necessário a compreensão de que ela não se dá apenas pela efetivação da matrícula, uma vez que a inclusão vai muito além de pessoas com deficiência inseridos no ensino regular. Uma escola inclusiva significa, também fornece todas as adequações necessárias para a evolução do aluno, como exemplo a estrutura física, o currículo, a parte pedagógica, a administrativa entre outros, que fizerem necessários para atender as particularidades do estudante.

Desta forma, é necessário enfatizar a importância das práticas adotadas na escola para uma efetiva inclusão da criança e do adolescente com vista a diminuir os desafios encontrados por eles no ensino regular. Quando se fala em inclusão e diminuição de desafios é necessário abordar o tema acessibilidade, uma vez que são elas que irão eliminar as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência e ainda vão proporcionar o direito de viver de forma independente e autônoma. De acordo com Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD):

acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Art.3º do Estatuto da Pessoa com Deficiência Leiº 13.146/2015).



Dessa maneira, a acessibilidade constitui ferramentas fundamentais para que o público com deficiência possa usufruir e melhorar a qualidade de vida, ela deve estar presente em todos ambientes físicos e tecnológicos. Segundo o (ENAP, 2017), a acessibilidade permite que todas as pessoas independentes de suas limitações sejam elas físicas, sensoriais ou intelectuais possam ser protagonistas da sua própria história, pois a acessibilidade é um direito adquirido e visa proporcionar segurança, autonomia e confiança. Nas instituições de ensino ela deve acontecer, por meio da inclusão de materiais que possibilitem incluir a criança e ao adolescente em todos ambientes escolares. “A figura a seguir ilustra algumas ferramentas de acessibilidade que visa diminuir as barreiras encontradas por tais pessoas.

**Figura 8 – Ferramentas de Acessibilidade**



Fonte: DIARIDA INCLUSÃO, 2021.





As barreiras atitudinais também são cruciais para superação de desafios, uma vez que elas auxiliam a prática inclusiva. As barreiras atitudinais são comportamentos, atitudes, nomenclaturas e preconceitos enraizados que podem limitar e segregar a pessoa com deficiência da sociedade.

De acordo com Ribeiro e Santos (2017), as barreiras nem sempre são percebidas ou intencionais, o que acaba contribuindo para sua fixação na sociedade. São exemplos de barreiras atitudinais, a utilização de rótulos, apelidos pejorativos, ignorância no sentido de desconhecer as potencialidades do aluno com deficiência, a piedade no intuito de proteger o estudante com demasia, etc.

Dessa forma para que haja o abandono das barreiras atitudinais é necessário que a sociedade tenha o conhecimento do que se trata e assim, encontrar meios para a transformação social e individual, uma vez que para ser inclusiva a escola deve trabalhar com todas as estratégias para erradicação de todas as barreiras existentes de forma a contribuir para plena participação do estudante com deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial instituiu Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que vai tratar justamente da elaboração de meios para que o aluno com deficiência possa ter mais autonomia na Educação Básica, (BRASIL, 2008). Essas diretrizes trazem que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação devem ser matriculados nas escolas comuns do ensino regular e que na escola seja ofertado ao aluno o atendimento educacional especializado AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

O AEE tem o objetivo de identificar, organizar e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade de maneira a eliminar as barreiras para a plena participação da criança e do adolescente com deficiência dentro e fora da escola. O AEE não pode ser confundido com aula de reforço, uma vez que ele é um atendimento que irá complementar e/ou suplementar a formação do estudante com deficiência com vistas à sua autonomia e independência na sociedade.



Segundo o Decreto nº 7.611 (Brasil, 2011), que vai dispor sobre o AEE “Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos”, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

O atendimento educacional é realizado no horário contrário da aula preferencialmente na escola que o discente frequenta, mas também pode ser realizado em centro de atendimento especializado público ou privado, entretanto para que aconteça em instituições privadas é necessário que sejam sem fins lucrativos e deve ser conveniado a Secretaria de Educação.

O AEE é realizado preferencialmente em sala de recursos multifuncionais (salas que possuem estrutura material, pedagógica, de acessibilidade, e de equipamentos específicos para o atendimento do estudante alvo da educação especial) na própria escola ou outra do ensino regular. O público alvo são os discentes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/ superdotação. Para que os docentes atuem no AEE é necessário que eles tenham formação específica na educação especial inicial ou continuada.

Dentre outras práticas de inclusão da criança e do adolescente com deficiência, destacam-se as Tecnologias Assistivas (TA) que são recursos e/ou serviços que visam a ampliação das habilidades da pessoa com deficiência. “A figura a seguir ilustra alguns exemplos de Tecnologias Assistivas que podem ser utilizadas para minimizar os desafios encontrados pela criança ou adolescente com deficiência no ensino regular”.

### **Figura 9 – Tecnologia Assistiva**





Fonte: ESPACOELABORA, 2021.

De acordo com Sartoretto e Berch (2021) as tecnologias assistivas podem ser definidas como tudo aquilo que é criado para a pessoa com deficiência ter vida plena e independente. Os recursos são qualquer item, equipamento ou produto fabricado sob medida para auxiliar e aumentar a capacidade funcional na pessoa com deficiência, que podem variar de um simples brinquedo a equipamentos elaborados de comunicação.

Já os serviços são aqueles ofertados para esse público buscando solucionar as dificuldades encontradas por eles, os serviços de tecnologia assistiva são geralmente transdisciplinares perpassando por diversas áreas, como exemplo, educação, psicologia, arquitetura, fonoaudiologia, dentre outros. O uso da TA no ambiente escolar tende a minimizar as barreiras encontradas por tais estudantes, uma vez que elas aumentam as habilidades funcionais deles.

De acordo com Sartoretto e Berch (2021), a utilização da TA na área educacional só pode ser assistiva quando favorece de forma significativa a participação do estudante com deficiência no desempenho de uma atividade educacional. Deste modo, no que tange o campo educacional a tecnologia é assistiva quando se percebe que a criança ou o adolescente necessita de apoio da TA, e sua falta prejudica o desenvolvimento do estudante ou ainda exclui sua participação em determinada atividade.

Sartoretto e Berch (2021) a TA em instituições de ensino público são financiadas pelos programas Salas de Recursos Multifuncionais SRMF, e pelo Plano de ações Articuladas PAR. Os



SRMF e o PAR são ambientes onde o docente da sala do AEE vai utilizar para fazer atendimento da criança e do adolescente com deficiência. Para que o professor tenha acesso a tecnologia assistiva é preciso que ele identifique a necessidade do estudante. A TA será utilizada pelo o aluno e pelo professor visando a autonomia e a superação de todas as barreiras encontradas por ele.

De acordo com Elzabel (2009) se mesmo com os serviços oferecidos pela educação inclusiva no ensino regular o aluno necessitar de uma abordagem especializada para que seu aprendizado seja eficiente, podem ser utilizados os recursos das Necessidades Educacionais Especiais (NEE), que consiste em oferecer acessibilidade ao aluno que apresenta dificuldade para aprender.

O NEE tem o propósito de requerer certas modificações ou adaptações complementares no ambiente educacional, visando tornar os alunos autônomos e capazes de serem mais independentes possíveis para que possam atingir todo seu potencial.

Para diminuir os desafios das crianças e adolescentes com deficiência, também pode ser utilizado as TICs. “A figura a seguir ilustra a utilização de algumas Tecnologias da Informação e Comunicação”.



**Figura 10 – TICS**



Fonte: ACESSIBILIDADE, 2021.

Atualmente, muito se conversa sobre a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS), que contribui nos processos de aprendizagem do discente. A utilização devidamente planejada e adequada pode favorecer o desenvolvimento e aprendizado do estudante com deficiência, além de ajuda-lo no processo de inclusão escolar.

Segundo Renata, (2014) Não só o computador, mas as diversas mídias existentes podem promover situações de aprendizagem que favoreçam a construção do conhecimento de forma mais atrativa, significativa, participativa e colaborativa para todos os estudantes, principalmente os com deficiência. Pois as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) podem auxiliar alunos a superar problemas de mobilidade, limitações físicas ou discriminação social.

Segundo a LDB (1996) para que os alunos consigam se desenvolver de forma plena é necessário que eles tenham uma equipe pedagógica qualificada, os sistemas de ensino é responsável em assegurar aos estudantes, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas



habilidades/superdotação recursos educativos e organizações necessárias para atender as necessidades do aluno além de professores com especialização adequada para o atendimento especializado para a integração desses estudantes em classes comuns.

Para que haja o processo integral de inclusão é imprescindível que além das práticas inclusivas adotadas pela escola e pelo poder público a inserção conjunta da escola e da família do discente. A instituição de ensino ao acolher o aluno também deve incluir seus familiares, uma vez que é na família que o estudante desenvolve os primeiros valores sociais, culturais e histórico.

Segundo Sartoretto e Berch (2021), a participação familiar na vida acadêmica do estudante traz valiosas contribuições para o desenvolvimento, motor, psicológico e cognitivo. O que possibilita a adequação, suplementação/complementação de técnicas e métodos que favorece a inclusão dentro e fora da escola.

De acordo com Neves (2020), para que haja inclusão é preciso, que as instituições excluam todas as práticas e ações que possam fazer separação entre as pessoas. Ou seja, para que a escola de fato seja inclusiva, ela necessita deixar seus velhos hábitos e costumes de segregação, buscando adequar-se ao novo modelo de educação.

Dessa maneira, a escola inclusiva, para incluir, precisa contar com uma estrutura adaptada para atender ao público que dela faz parte. Desde o quadro de docentes até as estruturas físicas e pedagógicas precisam ser diferenciadas, assim, é essencial que ela seja adaptada para incluir e atender a todos sem distinção. Segundo o MEC (2004), a escola inclusiva, é aquela que garante a qualidade de ensino a cada estudante, reconhecendo e respeitando a diversidade, uma vez que ela reconhece que todos tem potencialidades e necessidades distintas.

Sendo assim, a construção de uma escola inclusiva de acordo com as legislações, precisa ser feita a partir de transformações no contexto social, educacional e atitudinal. Dessa forma, o reconhecimento da educação inclusiva por meio de práticas, ações e legislações contribui de forma significativa o pleno atendimento da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular.



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi realizado através da pesquisa bibliográfica exploratória com abordagem qualitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica, engloba toda bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo. Esse tipo de pesquisa traz a público todos os estudos já apresentados na literatura científica que vai desde de publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, gravações, rádios, televisão, etc. Seu principal propósito é colocar o investigador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou gravado sobre determinado tema.

Para Gil (2002) a pesquisa exploratória, têm o objetivo de propiciar maior aproximação com o tema, fato ou problema estudado. “Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. Na maioria das vezes é possível a utilização de vários procedimentos para a coleta de dados uma vez que esse tipo de pesquisa é flexível, os dados podem envolver, levantamento bibliográfico, entrevistas com públicos que já tiveram experiência com o problema em questão.

Abordagem para essa pesquisa é a qualitativa, segundo Lakatos e Marconi (2003) a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como princípio, analisar e interpretar aspectos de forma mais profunda, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

O tema escolhido para a presente pesquisa foi a importância e os desafios da inclusão da criança e do adolescente com deficiência na escola regular. A coleta de dados foi realizada em Abril e maio de 2021, como critério de inclusão utilizaram-se artigos, legislações e livros que descrevessem sobre a educação inclusiva e as práticas adotadas no ensino regular no Brasil. As fontes utilizadas são de 1824 a 2020, as palavras chaves utilizadas para as análises em questão



foram, inclusão, ensino regular, necessidades educacionais, rede de apoio a pessoa com deficiência, qualificação do docente, Acessibilidade Tecnologias Assistivas, TICS e AEE. O objetivo da pesquisa é explicitar a importância e as barreiras para a inclusão do discente com deficiência na escola regular de ensino, buscando reflexões que contribuam para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

As organizações das informações foram feitas mediante análise das principais legislações sobre a educação inclusiva ao longo dos anos e por meio da literatura os principais desafios encontrados para que o educando com deficiência pudesse se desenvolver de forma plena na escola regular.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Diante de todo material utilizado para a realização da pesquisa bibliográfica, com suas respectivas referências, verificou-se por meio das legislações a história da inclusão no Brasil, as práticas adotadas e ainda os desafios encontrados pelas crianças e adolescentes com deficiência no país.

A educação inclusiva pode ser vista como uma concepção de ensino que busca garantir o direito à educação a todos independentemente das suas particularidades. Segundo a Constituição Federal (Brasil, 1988) o objetivo da inclusão é inserir o estudante com deficiência no ensino regular de maneira a garantir igualdades de oportunidades.

Maciel (2019) também cita a importância da escola inclusiva amparadora de toda diversidade humana, para autora no convívio com todos, as crianças e o adolescentes com deficiência deixam de ser “separados” e passam a ser amparados, o amparo deles podem contribuir muito para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Para compreender a educação inclusiva nos tempos atuais, é necessário um resgate à história desta conquista. No Brasil no século XIX houve o surgimento de grupos assistencialistas que





atendiam as pessoas com deficiência. Mas somente no século XX que essas pessoas tiveram atendimento educacional.

Figueira (2017) afirma que a história da educação brasileira para a pessoa com deficiência pode ser dividida em três momentos. O primeiro momento ocorreu em 12 de setembro de 1854, quando imperador Dom Pedro II, por meio de um decreto imperial fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos conhecido hoje por Instituto Benjamin Constant (IBC), que tem como intuito atender crianças e adolescentes com deficiência visual.

O segundo momento aconteceu por volta de 1957 a 1990, quando nasceram as campanhas direcionadas especialmente para as pessoas com deficiência, que visavam fomentar todas as medidas necessárias para a educação e assistência desse público com deficiência em todo país. Graças a essas campanhas em 1961 houve a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Brasil, 1961), nessa lei a pessoa com deficiência, pela primeira vez na história brasileira ganham artigos que vão propor alguns direitos no que diz respeito a educação. Em 1971 a primeira lei é substituída pela segunda Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 5.692 (Brasil, 1971), é novamente as pessoas com deficiência recebem artigos para tratar da educação, de acordo com o art.9º “Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”. É notório que mesmo com a mudança da legislação nem a primeira nem a segunda lei viabilizava a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular.

Durante muito tempo a Educação Especial foi vista como um modelo educacional médico, onde equipes multidisciplinares, como profissionais da saúde e educação que trabalhavam em conjunto para habilitar e integrar crianças e adolescentes com deficiência na sociedade.

Segundo a autora Figueira (2017) foi a partir do terceiro momento, com a proclamação de algumas legislações que esse público teve grandes avanços, a ratificação da inclusão para uma efetiva educação, reconhecendo as necessidades da pessoa com deficiência de conviver com todos. Um novo conceito ganhou voz: a inclusão escolar e social, esse novo conceito trouxe mudanças



importantes para esse público. A constituição Federal (1988) em seu art. 5º vai recomendar a inclusão da pessoa com deficiência presencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases (1996) em seu art.4º também vai ratificar o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

De acordo com Andrade (2020) ao se falar em escola inclusiva e necessário a compreensão de que ela não se dá apenas pela efetivação da matrícula, uma vez que a inclusão vai muito além de pessoas com deficiência inseridos no ensino regular. Uma escola inclusiva significa, também fornece todas as adequações necessárias para a evolução do aluno, como exemplo a estrutura física, o currículo, a parte pedagógica, a administrativa entre outros, que fizerem necessários para atender as particularidades do estudante.

Neves (2020), cita também que para haver inclusão é preciso, que as instituições excluam todas as práticas e ações que possam fazer separação entre as pessoas. Ou seja, para que a escola de fato seja inclusiva, ela necessita deixar seus velhos hábitos e costumes de segregação, buscando adequar-se ao novo modelo de educação.

Desta maneira é necessário enfatizar a importância das práticas adotadas na escola para uma efetiva inclusão da criança e do adolescente com vista a diminuir os desafios encontrados por eles no ensino regular.

De acordo com (ENAP, 2017), Ribeiro e Santos (2017), Decreto nº 7.611 (Brasil, 2011), Sartoretto e Berch (2021), para que haja o processo integral de inclusão é fundamental a utilização de ferramentas como as TICS, AEE, acessibilidade, Tecnologias Assistivas, o NEE entre outros, pois são elas que irão oferecer todo apoio necessário para a autonomia do aluno com deficiência. Além das práticas inclusivas adotadas pela escola e imprescindível a parceria entre escola e familiares e ainda é fundamental a formação continuada dos docentes uma vez que são eles que irão mediar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos com deficiência.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe à tona o tema a importância e os desafios encontrados para a inclusão da criança e adolescente com deficiência no ensino regular. Justificou-se o tema escolhido por tratar da busca da promoção de práticas e políticas públicas, que contribuam para o amparo e o pleno desenvolvimento desses discentes de maneira a minimizar os desafios encontrados por eles na rede regular.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa buscou resposta para a seguinte pergunta: Qual a importância e os desafios para inclusão da criança e do adolescente com deficiência na escola regular? Teve como objetivo conhecer os desafios para o amparo de crianças e adolescentes com deficiência no ensino regular. Para tanto, duas seções descreveram um pouco sobre: a caracterização da inclusão das crianças e do adolescente com deficiência no ensino regular no Brasil e o levantamento da legislação brasileira no sentido de identificar os desafios, adotadas para uma efetiva integração delas no ensino regular.

A educação inclusiva nasce no país como uma concepção de ensino atual que surge com a necessidade de garantir o direito à educação a todos os estudantes independentemente da deficiência. Ela tem o propósito de inserir o educando no ensino regular e ainda pressupõe que ele tenha igualdade de oportunidades.

Em relação as legislações e práticas adotadas no Brasil para minimizar as dificuldades encontradas pela criança e do adolescente incluídas na escola regular esse estudo mostra que a inclusão pode ser considerada um dos maiores avanços, pois graças ao reconhecimento da importância e da necessidade de inclusão desse público através de leis, políticas públicas, atendimentos especializados, como equipe qualificada, recursos pedagógicos e de acessibilidade tais alunos conseguem se desenvolver de forma plena.

A luz das teorias, exploradas na fundamentação teórica desta pesquisa bibliográfica exploratória, torna-se possível afirmar que os objetivos específico e geral e foram alcançados.



Por mais que sejam notórios os benefícios que inclusão pode proporcionar para todos os alunos, por meio deste estudo bibliográfico exploratório, é possível avançar em novos estudos. Desta forma, como propostas para futuras pesquisas sugere novos estudos mais aprofundados.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. **Educação Inclusiva numa Perspectiva Humanizadora**. Brasília- DF. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF Senado, 1988.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF MEC, 2006.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Brasília, DF MEC, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 3.298– Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, DF Planalto, 1999.

BRASIL. **lei nº 8.069/90– Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF.

BRASIL. **lei nº 7.853/89– Estatuto das Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília, DF.

BRASIL. **lei nº 4024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF LDB 1961.

BRASIL. **lei nº 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF LDB 1971.

BRASIL. **lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996 capítulo v da educação especial**. Brasília, DF LDB 1996.

BRASIL. **Programa de inclusão da pessoa com deficiência**. Brasília, DF INAP, 2017.

BRASIL. **lei nº 10.172– Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF Planalto, 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF MEC/SEESP, 1994.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.



LAKATOS Eva Maria, MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo Editora Atlas s.a. 2003.

MACIEL. Maria REGINA CAZZANIGA. **Portadores de Deficiência a questão da inclusão social.** São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2019.

NEVES, Renan Bezerra. **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR.** São Paulo. 2020.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 522-545, março de 2017. ISSN:2448-0959.

RENATA, Patrícia Edí. **TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO CONTEXTO ESCOLAR.** São Paulo 2014.

SARTORETTO, Mara Lúcia. BERSCH, Rita. **Assistiva Tecnologia e Educação.** Porto Alegre 2021.





(61) 3035-3900



[www.uniceplac.edu.br](http://www.uniceplac.edu.br)



Área Especial para Indústria  
Lote nº 02, Bloco A, Sala 304,  
Setor Leste, Gama, Brasília, DF  
CEP 72.445-020



(61) 3035-3900



[www.uniceplac.edu.br](http://www.uniceplac.edu.br)



Área Especial para Indústria  
Lote nº 02, Bloco A, Sala 304,  
Setor Leste, Gama, Brasília, DF  
CEP 72.445-020